



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES



CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM: CONTRATOS, PATRIMÔNIO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL

Módulo 1 > 18 e 19/07/2026 **Módulo 2 > 08 e 09/08/2026** **Módulo 3 > 29 e 30/08/2026**

Módulo 4 > 19 e 20/09/2026 **Módulo 5 > 17 e 18/10/2026** **Módulo 6 > 14 e 15/11/2026**

Carga horária total

360 horas

06 MÓDULOS PRESENCIAIS

03 MÓDULOS em ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

Corpo Docente:

Felipe Melo de Barros Souto

Mestre em Direito pela University College London, Especialista em Contratações Públicas, Atual **Diretor da 2ª Diretoria de Controle Externo do TCM – BA.**

Henio Dourado Pereira

Especialista em Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais, Contador, Consultor em Controladoria, atual **Controlador do Município de Lauro de Freitas.**

Jailson Gomes de Araújo Júnior

Mestre em Administração Pública, Especialista em Direito Administrativo, MBA em Contabilidade, Auditoria e Perícia em Auditoria e Inovação no Serviço Público, Representante da ATRICON na Comissão do Pró-Gestão RPPS, Auditor Estadual de Controle Externo, atual **Diretor de Controle de Atos de Pessoal no TCM - BA.**

Josemar Oliveira Lopes de Jesus

Mestre em Contabilidade com ênfase em Gestão Governamental, Possui mais de 20 (vinte) anos de experiência profissional, com atuação Estratégica nas áreas de Contabilidade, Normatização e Gestão Patrimonial, Bacharel em Ciências Contábeis, atual **Consultor e Professor da UFBA.**

Ricardo Luiz Souza Santos

Especialista em Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), Especialista em Defesa Técnica junto aos Tribunais, Especialista em Procuradoria Jurídica, Especialista em Controladoria Interna, Consultor do Setor de Licitação e em Gestão Pública de diversos Municípios, Ex- Procurador Jurídico do município de Santo Antônio de Jesus, Atual **Consultor Jurídico Municipal, Advogado.**

Rita Andrea Rehem Almeida Tourinho

Doutora em Direito, Mestra em Direito Público, Atual **Promotora de Justiça do MPE – BA.**

Romualdo Anselmo dos Santos

Doutor e Mestre em Ciências Políticas, atual **Superintendente da Controladoria Geral da União, CGU – BA.**

Wellington Lázaro Barreto de Oliveira

Especialista em Planejamento Tributário, Especialista em Processos nos Tribunais de Contas, Ex- Controlador Geral, Ex- Secretário de Finanças, Ex- Diretor Tributário, Ex- Assessor do Gabinete do Prefeito do Município de Mata de São João, Selo Diamante em Transparência Pública (ATRICON), Bacharel em Ciências Contábeis, Advogado (OAB - licenciado), atual **Secretário de Educação do Município de Mata de São João.**

MATRÍCULAS ABERTAS

www.fundacem.org.br

fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br



@fundacemsalvador

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: 71 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: 71 99186-7431

APRESENTAÇÃO

A administração pública municipal enfrenta hoje desafios cada vez mais complexos: **Lei 14.133/2021**, maior exigência dos Tribunais de Contas, cobrança por resultados, transparência e integridade. Por essa razão a FUNDACEM está lançando o **Curso de Atualização da Gestão Pública Municipal: Contratos, Patrimônio, Governança e Responsabilidade Fiscal**, que foi especialmente desenvolvido para preparar **gestores, servidores e responsáveis técnicos do Piemonte Norte do Itapicuru da Bahia** a atuarem com segurança jurídica, eficiência e governança, reduzindo riscos de responsabilização.

OBJETIVO GERAL DO CURSO:

Atualizar os conhecimentos da Gestão Pública Municipal sobre: Contratos, Patrimônio, Governança e Responsabilidade Fiscal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO CURSO:

- Formar profissionais capazes de planejar, executar, fiscalizar e prestar contas de contratos administrativos com segurança;
- Capacitar na gestão completa do patrimônio público (do ingresso ao desfazimento de bens móveis e almoxarifado);
- Desenvolver competências em governança, integridade e compliance público;
- Dominar o ciclo completo do planejamento e orçamento municipal com foco em responsabilidade fiscal;
- Preparar o servidor para atuar com segurança jurídica frente aos órgãos de controle (TCE/TCM, CGU, MP e Controle Interno).

DIFERENCIAIS

- Abordagem **prática e multidisciplinar**: contratos + patrimônio + orçamento + governança + responsabilização
- Professores com ampla experiência real na administração pública
- Ênfase em checklists, modelos, matrizes de riscos e casos concretos
- Foco na **segurança jurídica** do servidor (evitar multas, imputações de débito e processos)
- Atualização com a Lei 14.133/2021 e jurisprudência dos Tribunais de Contas
- Formato híbrido (presencial + EAD) para maior flexibilidade

Ao final do curso você estará preparado para:

- Gerir contratos com menor risco de glosas e responsabilizações
- Organizar o patrimônio e almoxarifado dentro das normas
- Construir instrumentos de planejamento e orçamento de qualidade
- Atuar com governança e integridade, protegendo-se juridicamente
- Contribuir para uma gestão pública mais eficiente, transparente e orientada a resultados.

O Curso está disposto em 09 (nove) módulos sendo 06 (seis) presenciais e 03 (três) em EAD, por vídeo aulas, com a carga horária total de 360 horas. Para o aluno que obtiver frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) em cada uma das 09 (nove) disciplinas, poderá requerer o Certificado de **Especialização em Gestão Pública Municipal com Governança**, desde que atenda as exigências de frequência e notas, tenha curso superior completo e esteja quite financeiramente com o Curso.

Observação: esse Curso não tem obrigatoriedade de apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

Seja bem-vindo!

César Montes
Presidente da FUNDACEM
Coordenador Geral do Curso
(71) 98805-4321

CURSO ATUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM: CONTRATOS, PATRIMÔNIO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL

MÓDULO I - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Fundamentos da Lei nº 14.133/2021 Aplicados à Gestão e Fiscalização Contratual

- Princípios aplicáveis às licitações e contratos administrativos;
- Planejamento como eixo estruturante da contratação pública;
- Governança, segregação de funções e gestão por competências;
- Agentes públicos envolvidos na contratação;
- Diferença entre gestor de contrato, fiscal técnico, fiscal administrativo e equipe de apoio;
- Responsabilidades dos agentes públicos;
- Fase preparatória e sua relação com a execução contratual;
- Instrumentos essenciais: Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, Matriz de Riscos, Edital, Contrato e Parecer Jurídico.

2. Gestão e Fiscalização e a Aquisição de Produtos e Serviços Comuns

- Conceito de bens e serviços comuns;
- Planejamento das aquisições;
- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar para compras e serviços comuns;
- Termo de Referência conforme a Lei nº 14.133/2021 e IN CGNOR/ME nº 81/2022;
- Pesquisa de preços conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021;
- Definição do objeto, quantitativos, requisitos técnicos e critérios de aceitação;
- Critérios de medição, pagamento e recebimento provisório e definitivo;
- Gestão de riscos em compras e serviços comuns;
- Acompanhamento da entrega, conferência de qualidade e conformidade;
- Procedimentos para glosa, rejeição, correção de falhas e aplicação de sanções;
- Checklists de fiscalização para aquisição de produtos e serviços comuns.

3. Gestão e Fiscalização de Contrato Continuado de Terceirização com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

- Conceito de serviços contínuos;
- Conceito de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- Características da terceirização com dedicação exclusiva;
- Planejamento da contratação;
- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência;
- Mapa de riscos;
- Matriz de riscos;
- Análise de questões trabalhistas;
- Responsabilidades da Administração na fiscalização;
- Fiscalização técnica e administrativa;
- Controle de jornada, frequência e postos de trabalho;

- Verificação de pagamento de salários, adicionais, horas extras, vale-transporte, vale-alimentação, férias, 13º salário, FGTS e encargos previdenciários;
- Documentos trabalhistas exigíveis durante a execução;
- Conta depósito vinculada;
- Planilhamento de custos e formação de preços;
- Fiscalização da planilha de custos;
- Repactuação;
- Reajuste;
- Prorrogação contratual;
- Glosas e retenções;
- Medição e pagamento;
- Riscos de responsabilização da Administração;
- Boas práticas para encerramento contratual;
- Checklist mensal de fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

4. Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços Comuns de Engenharia

- Conceito de obra;
- Conceito de serviço de engenharia;
- Conceito de serviço comum de engenharia;
- Peculiaridades da contratação de obras e serviços de engenharia;
- Planejamento técnico da contratação;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência;
- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Orçamento estimado;
- Cronograma físico-financeiro;
- BDI e encargos sociais;
- Regimes de execução;
- Medição de obras e serviços de engenharia;
- Fiscalização técnica da execução;
- Registro em diário de obras;
- Recebimento provisório e definitivo;
- Aditivos contratuais;
- Controle de quantitativos;
- Prevenção de sobrepreço e superfaturamento;
- Responsabilidade técnica e necessidade de registro em conselhos profissionais, como CREA ou CAU, quando aplicável;
- Garantias de proposta e garantias contratuais;
- Sustentabilidade, acessibilidade, impacto ambiental e impacto de vizinhança;
- Aplicação de BIM ou justificativa técnica para sua não utilização.

5. Análise de Riscos, Mapa de Riscos e Matriz de Riscos

- Conceito de risco na contratação pública;

- Riscos da fase preparatória;
- Riscos da fase de seleção do fornecedor;
- Riscos da execução contratual;
- Riscos trabalhistas;
- Riscos financeiros;
- Riscos ambientais;
- Riscos técnicos em obras e engenharia;
- Riscos de inadimplemento;
- Riscos de sobrepreço e superfaturamento;
- Riscos de falhas na fiscalização;
- Elaboração de mapa de riscos com classificação em alto, médio e baixo;
- Medidas preventivas e mitigadoras;
- Estrutura da matriz de riscos conforme art. 6º, XXVII, da Lei nº 14.133/2021;
- Alocação de riscos entre Administração e contratado;
- Relação entre matriz de riscos, equilíbrio econômico-financeiro e eventuais aditivos.
- Incluir modelo prático de matriz de riscos com as seguintes colunas: Evento de risco; Causa provável; Consequência; Probabilidade; Impacto; Classificação; Responsável pelo risco; Medida preventiva; Medida mitigadora; Forma de monitoramento.

6. Projeto Básico em Obras e Serviços de Engenharia

- Levantamentos topográficos, sondagens, ensaios geotécnicos, estudos socioambientais e demais levantamentos necessários;
- Soluções técnicas globais e localizadas;
- Tipos de serviços, materiais e equipamentos a utilizar;
- Métodos construtivos e instalações provisórias;
- Subsídios para plano de licitação e gestão da obra;
- Orçamento detalhado com quantitativos fundamentados;
- Cronograma físico-financeiro;
- Normas técnicas aplicáveis;
- Compatibilidade entre projeto básico, projeto executivo, orçamento e execução contratual;
- Riscos decorrentes de projeto básico incompleto ou deficiente.

ATIVIDADES PRÁTICAS

1. Análise de checklist para fiscalização de aquisição de produtos;
2. Análise de checklist mensal para contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
3. Análise de uma planilha de custos de terceirização;
4. Simulação de verificação de documentos trabalhistas;

MÓDULO II - GESTÃO NORMATIVA E OPERACIONAL DO ATIVO IMOBILIZADO: ASPECTOS BÁSICOS DOS PROCEDIMENTOS PATRIMONIAIS, CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIOS E DE CONTROLE. (DO INGRESSO AO DESFAZIMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS)

1. Aspectos Iniciais, Conceituais E Normativos Sobre O Patrimônio Público

- Diagnóstico Situacional;

- Conceituação;
- Composição;
- Características Básicas;
- Normatizações Gerais;
- Natureza dos Bens Públicos;
 - Natureza por Titularidade;
 - Natureza Contábil;
 - Natureza Jurídica;
- Terminologias diversas relacionadas ao Patrimônio Público;
- Para que é importante compreender sobre Patrimônio Público?;
- Detalhamento dos Bens Públicos;
 - Bens Permanentes *versus* Bens de Consumo;
- Critérios para Classificação dos Bens;
- Classificação Econômica e Codificação da Despesa;
- Diagnóstico Situacional dos Bens Patrimoniais;
 - Identificação;
 - Localização;
 - Atribuições dos Responsáveis;
 - Do Gestor;
 - Da Setor Patrimônio;
 - Do Setor Contábil; e
 - Do Servidor Público

2. Procedimentos de Incorporação, Registro e Controles dos Bens Patrimoniais

- Incorporação dos Bens Públicos
- Dependente e Independente da Execução Orçamentária
 - Registros
 - Requisitos Legais para a incorporação
 - Conciliação Patrimonial: Setor Contábil *versus* Setor de Patrimônio
 - Relatórios Mensais
- Controle dos Bens Públicos
 - Procedimentos de Controle dos Bens Permanentes
 - Ração Custo *versus* Benefícios do Controle dos Bens
- Avaliação Inicial dos Bens Públicos
- Depreciação dos Bens Públicos
- Reavaliação dos Bens Públicos
- Relatórios diversos e Inventários de Bens Públicos
 - Tipos de inventários
 - Inicial, eventual, anual (periódico), encerramento.
- Novas Tecnologias

3. Procedimentos de Desincorporação dos Bens Patrimoniais

- Desincorporação *versus* Alienação dos Bens Públicos

- Resultante e Independente da Execução Orçamentária
- Bens Públicos Inservíveis
 - Ocioso
 - Recuperável
 - Antieconômico
 - Irrecuperável
- Requisitos Legais para a desincorporação (etapas)
- Tipos de Desfazimento
 - Por Alienação (Venda, Permuta ou Doação)
 - Por Sucata (sem recuperação / risco)
 - Por Roubo
 - Por Extravio
 - Por Sinistro
 - Por Não Localização

4. Procedimentos Operacionais Práticos Sobre Patrimônio Público

- Principais Achados de Auditoria: Inconsistências *versus* recomendações;
- Conferencia nas competências das incorporações, bens moveis e imóveis *versus* Setor Contábil;
- Conferência de baixa patrimoniais *versus* Setor Contábil;
- Conferencia final das peças exigidas na prestação de contas ;
- Notas Explicativas;
- Tecnologia da Informação no segmento da Gestão Patrimonial;
- Casos concretos.

MÓDULO III - GOVERNANÇA EFICAZ E INTEGRIDADE MUNICIPAL

1. Fundamentos e a Rede de Stakeholders

- **O que é Governança na Prática:** Diferença entre Gestão (fazer as coisas certo) e Governança (garantir que as coisas certas sejam feitas).
- **O "Porquê" da Governança:** Superando a visão de "tarefa burocrática" para a visão de "entrega de valor".
- **Mapeamento de Stakeholders:** Identificação de atores locais (Câmara de Vereadores, associações de bairro, conselhos municipais e iniciativa privada).
- **Gestão Colaborativa:** Como criar canais de escuta ativa que funcionem sem paralisar a máquina pública.
- **Engajamento e Senso de Dono:** Como o engajamento individual reduz o retrabalho e o estresse organizacional.
- **A Teoria da Agência no Setor Público:** Entendendo a responsabilidade de gerir o que pertence ao cidadão.
- **Oficina Prática:** Matriz de Poder e Interesse aplicada ao contexto do município dos participantes.

2. INTEGRIDADE, ÉTICA E COMPLIANCE PÚBLICO

- **Cultura de Integridade:** Além do código de ética impresso; o comportamento como exemplo.

- **Programas de Integridade Municipal:** Como implementar diretrizes da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) e planos de integridade.
- **Gestão Participativa Interna:** Criando comitês de governança transversais (unindo diferentes secretarias) para quebrar silos.
- **Conflito de Interesses:** Identificação de situações de risco no cotidiano de cidades pequenas (parentesco, pressões políticas e fornecedores locais).
- **Gestão de Riscos e Proteção Jurídica:** Como a documentação adequada e a observância aos processos protegem o servidor perante o CPF e a LINDB.
- **A Matriz de Responsabilidades (RACI):** Definindo claramente quem faz, quem aprova, quem é consultado e quem é informado, evitando o "ninguém sabia de nada".
- **Canais de Denúncia e Proteção ao Denunciante:** Como garantir anonimato e efetividade.

3. Relacionamento com Órgãos de Controle

- **O "Apagão das Canetas" vs. Segurança Jurídica:** Como a governança protege o servidor de responsabilizações indevidas (LINDB).
- **Controle Interno como Aliado:** Fortalecimento da Controladoria Geral do Município (CGM).
- **O Controle como Consultoria:** Mudando a cultura de "esconder erros" para a cultura de "corrigir processos" junto aos órgãos de controle.
- **Indicadores de Impacto Social:** Definindo metas que o servidor sinta orgulho de bater.
- **Diálogo com o Tribunal de Contas, Controladoria-Geral da União e Ministério Público:** Transparência passiva e ativa como estratégia de defesa.
- **Gestão de Riscos:** Identificar gargalos antes que virem apontamentos ou multas.

4. Gestão Participativa e Resultados

- **Conselhos Municipais:** Como torná-los deliberativos e técnicos, evitando a politização excessiva.
- **Orçamento Participativo e Audiências Públicas:** Ferramentas digitais para aumentar a participação em cidades médias.
- **Indicadores de Desempenho:** Como medir o sucesso da governança para além das finanças.
- **Transparência como Ativo de Engajamento:** Como a clareza dos dados motiva a sociedade a colaborar e reduz a pressão desinformada sobre o servidor.
- **Encerramento:** Elaboração de um "Plano de Ação de 90 Dias" para aplicar um conceito do curso na secretaria de origem.

MÓDULO IV – O MINISTÉRIO PÚBLICO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS

1. Estrutura e Competências do Ministério Público no Controle da Administração Pública

- O Ministério Público antes e depois da Constituição de 1988: transformação institucional, atribuições e ampliação do espaço de atuação;
- O fenômeno do Ministério Público demandista: origens, consequências e desafios contemporâneos;
- A autocomposição de conflitos na instituição: da Resolução CNMP nº 118/2014 à criação do COMPOR/MPBA e à consolidação da cultura consensual;

- A atuação preventiva no MPBA: instrumentos, fluxos de trabalho e potencialidades no controle da gestão pública.

2. Improbidade Administrativa: Evolução Normativa e Repercussões para as Procuradorias

- A Lei nº 8.429/1992 e a reforma promovida pela Lei nº 14.230/2021: principais mudanças, novos requisitos e desafios interpretativos;
- O Acordo de Não Persecução Civil – ANPC: fundamento constitucional, limites, procedimento e papel estratégico das Procuradorias Municipais na sua celebração e execução;
- O dever das Procuradorias na prevenção, correção e mitigação de riscos relacionados à responsabilização por improbidade.

3. A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) na Atuação do Ministério Público

- Pontos sensíveis da Lei nº 14.133/2021 que têm atraído a atenção do Ministério Público: planejamento, estudos técnicos, pesquisas de preços, fiscalização contratual, integridade e governança;
- Como as Procuradorias podem eliminar irregularidades relevantes na fase preparatória e nas fases externa e contratual;
- Relação entre parecer jurídico, responsabilização e prevenção de ilícitos.

4. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): Expectativas sobre as Procuradorias

- Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas: elementos essenciais;
- Avaliação de programas de integridade no âmbito municipal;
- Interação entre Procuradoria, Controladoria Interna e Ministério Público na prevenção e repressão a atos lesivos.

5. A Atuação das Procuradorias nos Ajustes e Soluções Pactuadas com o Ministério Público

- Função técnica da Procuradoria na elaboração, revisão e acompanhamento de TACs, ANPCs e planos de integridade;
- Impactos jurídicos, financeiros e administrativos dos ajustes firmados;
- Boas práticas para prevenir ou eliminar irregularidades no diálogo institucional com o MP.

6. A Participação das Procuradorias nos Processos de Seleção de Pessoal

- Competências jurídicas essenciais da Procuradoria nos concursos públicos e processos seletivos;
- Prevenção de nulidades: edital, banca examinadora, critérios objetivos, fases e impugnações;
- O impacto da Proposta de Emenda Parlamentar nº 38 (Reforma Administrativa) e novas expectativas quanto à profissionalização e governança da força de trabalho municipal.

7. Os órgãos de controle frente a admissão de pessoa;

- A regra do concurso público;
- Exceções;
- Da terceirização;
- Ajuste decorrentes do MIROSC;
- Outros vínculos;
- Consequências das irregularidades observadas.

8 - O controle das emendas parlamentares pelos órgãos de controle a partir da decisão do STF

MÓDULO V – PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL, ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE FISCAL

1. Estado, Governança e Políticas Públicas Municipais

- **Estado, Governo e Administração Pública**
- Conceitos fundamentais
- Administração pública municipal
- Governança pública e gestão por resultados
- Eficiência, eficácia e efetividade

Políticas Públicas Municipais

- Conceito e tipologias
- Ciclo das políticas públicas
- Formulação, implementação e avaliação
- Indicadores de desempenho e monitoramento

Participação Social e Transparência

- Controle social
- Transparência pública
- Ouvidoria e acesso à informação
- Accountability

Tendências Contemporâneas na Gestão Municipal

- Governo digital
- Integridade institucional
- Sustentabilidade na gestão pública
- Transformação digital
- Planejamento orientado por dados e evidências

Estudos de Casos e Jurisprudência

- Casos práticos em administrações municipais
- Análise de decisões dos Tribunais de Contas
- Exemplos de responsabilização de gestores municipais

2. Planejamento Governamental e Instrumentos Orçamentários Municipais

- **Planejamento Governamental Municipal**
- Planejamento estratégico na administração municipal
- Integração entre planejamento, orçamento e execução
- Gestão orientada por resultados
- Indicadores de desempenho governamental
- Metas físicas e financeiras
- Monitoramento e avaliação de programas municipais

Instrumentos de Planejamento e Orçamento

- PPA — Plano Plurianual
- LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA — Lei Orçamentária Anual
- Compatibilização entre PPA, LDO e LOA
- Planejamento fiscal municipal

Fundamentos Legais do Planejamento e Orçamento

- Constituição Federal
- Lei nº 4.320/1964
- Lei Complementar nº 101/2000

Principais falhas no planejamento governamental

- Inconsistência entre metas e orçamento
- Planejamento sem execução financeira
- Ausência de indicadores de desempenho
- Falhas na estimativa de receitas
- Improriedades identificadas pelos Tribunais de Contas

Estudos de casos e jurisprudência

- Análise de PPA, LDO e LOA municipais
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas sobre planejamento insuficiente
- Casos de incompatibilidade entre metas físicas e financeiras
- Irregularidades recorrentes no planejamento municipal

3. Orçamento Público Municipal E Execução Orçamentária E Financeira

Orçamento Público Municipal

- Conceitos e fundamentos do orçamento público
- Princípios orçamentários
- Receita pública e despesa pública
- Classificações orçamentárias
- Governança orçamentária
- Qualidade do gasto público
- Eficiência do gasto governamental

Receita Pública Municipal

- Receita corrente e de capital
- Receitas tributárias municipais
- Transferências constitucionais
- Estágios da receita
- Arrecadação e fiscalização

Despesa Pública

- Empenho
- Liquidação
- Pagamento
- Restos a pagar
- Despesas obrigatórias e discricionárias

Créditos Adicionais e Alterações Orçamentárias

- Créditos suplementares
- Créditos especiais
- Créditos extraordinários
- Remanejamento, transposição e transferência

Execução Financeira

- Programação financeira

- Cronograma de desembolso
- Fluxo financeiro governamental
- Controle financeiro municipal

Licitações, Contratos e Execução Orçamentária

- Relação entre orçamento e contratação pública
- Planejamento das contratações
- Gestão e fiscalização contratual
- Matriz de riscos

Erros Recorrentes da Gestão Pública Municipal

- Fracionamento indevido da despesa
- Empenho inadequado
- Despesas sem cobertura contratual
- Reconhecimento indevido de dívida
- Restos a pagar sem disponibilidade financeira
- Falhas no planejamento da contratação
- Ausência de fiscalização contratual

Estudos de Casos e Jurisprudência

- Acórdãos dos Tribunais de Contas
- Casos reais de irregularidades orçamentárias municipais
- Análise de responsabilização por falhas na execução financeira
- Entendimentos consolidados sobre execução da despesa

4. Responsabilidade Fiscal, Fiscalização e Controle

Fundamentos da Responsabilidade Fiscal

- Princípios da gestão fiscal responsável
- Equilíbrio fiscal e sustentabilidade financeira
- Transparência e responsabilidade na gestão pública

Principais Dispositivos da LRF

- Despesa com pessoal
- Limites de endividamento
- Renúncia de receita
- Metas fiscais
- Relatórios fiscais obrigatórios

Fiscalização e Controle da Administração Pública Municipal

- Fiscalização da administração pública: competências e responsabilidades
- Controle interno: conceito, finalidade e estrutura do sistema de controle interno municipal
- Controle externo e competências dos Tribunais de Contas
- Papel do Poder Legislativo na fiscalização e no controle da administração pública
- Integração entre controle interno, controle externo e Poder Legislativo
- Principais irregularidades apontadas pelos órgãos de controle

Estudos de Casos e Jurisprudência

- Jurisprudência aplicada do Tribunal de Contas da União
- Entendimentos relevantes dos Tribunais de Contas Estaduais

- Casos de responsabilização fiscal
- Irregularidades recorrentes apontadas em auditorias municipais.

MÓDULO VI - GESTÃO E CONTROLE DOS BENS EM ALMOXARIFADO NO SETOR PÚBLICO: ASPECTOS BÁSICOS DOS PROCEDIMENTOS PATRIMONIAIS, CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIOS E DE CONTROLE, COM FOCO NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO PARA UMA GESTÃO PATRIMONIAL EFETIVA

1. Aspectos iniciais, conceituais e normativos sobre o patrimônio público

- Conceituação
- Composição
- Características Básicas
- Normatizações Gerais
- Terminologias diversas relacionadas ao Patrimônio Público
- Para que é importante compreender sobre Patrimônio Público?
- Detalhamento dos Bens Públicos
 - Bens Permanentes *versus* Bens de Consumo
 - Princípio do Custo Benefício
- Critérios para Classificação dos Bens
- Classificação Econômica e Codificação da Despesa

2. Procedimentos iniciais de incorporação, identificação, armazenamento e registro dos bens de almoxarifado

- Conceituação de Material
- Bens Patrimoniais, em Almoxarifado
 - Recebimento e Identificação dos materiais de Almoxarifado
 - Padronização e cadastro de materiais
 - Registro dos Bens em Almoxarifado
 - Características dos locais de estocagem de materiais
 - Atividades básicas de armazenagem (recebimento, estocagem e distribuição)
- Noções sobre segurança patrimonial (incluindo informações sobre “Segurança sobre dados e sistemas”).
- Atribuições e Responsabilidades dos profissionais que atuam direta / indiretamente, no setor de Almoxarifado
- Comissões de Inventário

3. Gestão e controle do almoxarifado

- Razões para o controle de materiais no setor público
- Operações típicas do almoxarifado
- Fluxo de movimentação de materiais considerando o almoxarifado
- Gestão de estoques
- Recebimento e entrega de materiais
- Organização de custos referente ao consumo de materiais
- Inventários no Almoxarifado
- Mensuração de estoques

- Relatórios diversos
- Novas Tecnologias

4. Procedimentos práticos e operacionais sobre o almoxarifado

- Principais Achados de Auditoria: Inconsistências *versus* recomendações;
- Conferencia Patrimoniais (Almoxarifado) *versus* Setor Contábil
- Conferencia final das peças exigidas na prestação de contas
- Análise dos Pareceres de Auditoria: Favoráveis/Desfavoráveis, expedidos pelos Órgãos de Controle Externo;
- Tecnologia da Informação no segmento da Gestão Patrimonial
- Responsabilizações pelo uso indevido dos bens
- Casos concretos.

MÓDULOS EM ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

MÓDULO I – ADMISSÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO

1. Modalidades de ingresso no serviço público:

- Cargo efetivo;
- Emprego público;
- Contratação temporária e cargos comissionados.

2. Planejamento e execução de concursos públicos:

- Etapas;
- Contratação de banca examinadora;
- Observância aos princípios constitucionais;
- Controle de legalidade e registro de admissões.

3. Contratação por tempo determinado:

- Processo seletivo;
- Hipóteses legais de dispensa e parâmetros para sua regularidade.

4. Admissão de comissionados:

- Requisitos;
- Limitações e jurisprudência;
- Envio de atos para registro de pessoal junto aos Tribunais de Contas.

MÓDULO II – TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA, CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Transparência

1. Conceito da Transparência Pública Municipal

2. Acesso à informação pública: um direito universal

3. Transparência na Legislação

- Lei de responsabilidade Fiscal;
- Lei de Acesso à Informação;

- Impactos da Transparência na LGPD;
- Impactos da Transparência no SIAFIC;
- Impactos da Transparência na NLLC;
- Regulamentação Obrigatória.

4. Transparência ativa x Transparência Passiva nos sites oficiais

5. Programa Nacional de Transparência Pública

- Principais etapas no processo de levantamento de dados
- Metodologia
- Matriz específica: Poder Executivo
- Matriz específica: Poder Legislativo
- Critérios do Programa Nacional de Transparência Pública
- Premiação - Selo de Qualidade de Transparência Pública

6. Estratégias para implementação da Transparência pública

7. Casos práticos de uma transparência pública eficiente

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1. Conceitos fundamentais de controle social e participação cidadã

- Controle institucional x controle social;
- Cidadania ativa e accountability pública;
- Participação popular na gestão pública municipal.

2. Democracia participativa e governança pública

- Instrumentos de participação previstos na Constituição Federal;
- Conselhos municipais e conferências públicas;
- Audiências e consultas públicas;
- Ouvidorias públicas como canais de participação;
- Orçamento participativo e planejamento colaborativo.

3. Transparência como instrumento de controle social

- Relação entre transparência, integridade e participação cidadã;
- Dados abertos e linguagem cidadã;
- Comunicação pública acessível e inclusiva;
- Portais da transparência e incentivo à participação popular.

4. Fiscalização cidadã das políticas públicas

- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira
- Monitoramento de contratos, licitações e obras públicas
- Controle social nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- Indicadores públicos e avaliação de resultados governamentais;
- Boas práticas de fiscalização cidadã nos municípios.

5. Ferramentas digitais de controle social

- Plataformas de participação eletrônica (e-participação);
- Sistemas de ouvidoria e acesso à informação;
- Aplicativos e painéis de monitoramento público;
- Uso de inteligência de dados para fiscalização cidadã;

- Redes sociais e mobilização digital na gestão pública.

6. Denúncias, representações e auditoria social

- Canais oficiais de denúncia e manifestação cidadã;
- Procedimentos para representações junto aos Tribunais de Contas e Ministério Público;
- Proteção ao denunciante e ética na fiscalização;
- Auditoria cívica e acompanhamento comunitário;
- Controle preventivo e combate à corrupção.

7. Educação fiscal e formação cidadã

- Educação fiscal como instrumento de transformação social;
- Tributos, orçamento público e retorno social;
- Formação de multiplicadores do controle social;
- Participação cidadã nas escolas e comunidades;
- Cultura de integridade e responsabilidade coletiva.

8. Participação cidadã na era digital

- Governo aberto e inovação cívica;
- Inclusão digital e acesso à participação pública;
- Desafios da desinformação e da participação qualificada;
- Engajamento cidadão e fortalecimento das instituições democráticas.

9. Casos práticos e experiências exitosas de controle social

- Estudos de caso em municípios brasileiros;
- Experiências de participação popular bem-sucedidas;
- Boas práticas em transparência colaborativa;
- Resultados e impactos do controle social na gestão pública.

MÓDULO III – GOVERNANÇA NA PRÁTICA: A RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR E DO SERVIDOR MUNICIPAL

1. A Regra do Jogo e as Fronteiras Civil e Penal

O que é *Accountability*? O "CPF na reta" e a desconstrução do mito "*eu só assinei porque meu chefe mandou*".

- **Princípio da Independência das Instâncias:** O Triplo Vínculo do servidor (Administrativo, Civil e Penal). Como elas não se anulam.
- **Esfera Penal (Visão Panorâmica):** Crimes do dia a dia da Administração (Peculato, Concussão, Corrupção Passiva e Prevaricação).
- **Esfera Civil (Visão Panorâmica):** A Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92 atualizada pela 14.230/21). A grande mudança que protege o servidor: o fim da improbidade culposa (sem intenção). A exigência do dolo específico (vontade consciente de fraudar).

2. O Foco Principal - A Lupa Administrativa e o Tribunal de Contas

O Estatuto do Servidor Municipal (Deveres e Proibições), Sindicância e o PAD. A responsabilidade por omissão.

- **O Controle Externo (TCE/TCM):** A lógica de fiscalização do Tribunal de Contas e a diferença entre julgar o Prefeito (Contas de Governo) e julgar Secretários/Servidores (Contas de Gestão).

- **Cadeia de Responsabilização Solidária:** O foco nas funções operacionais. Por que fiscais de contrato, pregoeiros, comissões de contratação e pareceristas (técnicos e jurídicos) são punidos junto com o gestor?
- **As Penalidades do TCE:** Alertas, Multas (pagas do bolso do servidor), Imputação de Débito (devolver dinheiro ao erário corrigido) e Inabilitação para o serviço público.
- **Tomada de Contas Especial (TCE):** O que é, por que é aberta (quando há dano ao erário consumado) e como o servidor comum é chamado a se defender.
- **O "Calcanhar de Aquiles" Municipal:** Ateste irregular de notas fiscais (atestar sem conferir o material/serviço), fracionamento de despesas, dispensa indevida e falhas no planejamento (Termo de Referência).

3. O Escudo do Bom Servidor - A LINDB e a Segurança Jurídica

- **A Nova LINDB (Arts. 20 a 28):** O Direito "caindo na real". A obrigação legal de os órgãos de controle considerarem os *obstáculos e as dificuldades reais do gestor* antes de punir (Art. 22).
- **A diferença prática na hora do julgamento:**
 - *Irregularidade Formal:* O erro escusável da correria da prefeitura (gera recomendação, mas não gera punição severa).
 - *Erro Grosseiro:* A negligência crassa, o "assinar sem ler", atestar obra que não foi feita (Gera multa e imputação de débito no Tribunal de Contas).
 - *Dolo:* A vontade livre e consciente de lesar (Gera PAD, Improbidade e processo Penal).

4. Governança Defensiva e Casos Práticos

- **Estudo de Casos:** Apresentação de 2 casos práticos adaptados da realidade de municípios (Ex: *Um fiscal de contrato que foi pressionado a atestar a reforma de um posto de saúde não concluído; Um membro de comissão que não checkou a certidão falsa de uma empresa licitante*).
- **Governança Defensiva na Prática:** *O que não está nos autos, não está no mundo.* A importância de motivar decisões por escrito, usar checklists, não pular o parecer jurídico e exigir ordens por escrito quando a chefia solicitar algo fora do rito.

CURSO ATUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM: CONTRATOS, PATRIMÔNIO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL

HORÁRIO DAS AULAS: das 08:00 às 18:00 horas com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas com seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 18 e 19 de julho de 2026.

AValiação: Serão realizadas atividades avaliativas obrigatórias, nas disciplinas do curso.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter a frequência obrigatória mínima de 75%, no mínimo, das aulas presenciais e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a **7,0 (sete)**. **Se por ventura, o aluno assinar a frequência e não assistir a aula, terá sua presença anulada.**

METODOLOGIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando metodologias ativas através de: Problematização, vivências, estudo em oficina, vídeos, leituras, exercícios, atividades dissertativas e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO

O valor do curso é de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** por participante.

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor até o limite do 2º módulo;
- 2 - Caso não seja apresentado o contrato assinado pelo gestor, até o início do 2º módulo, o ou os participantes desse contrato, ficarão automaticamente impedidos de assistir (em) o 2º módulo.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o **Curso de Atualização da Gestão Pública Municipal em Contratos, Patrimônio, Governança e Responsabilidade Fiscal**, clique em **Matricule-se**, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em **enviar**, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

- a) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, **CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2** com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito).
- b) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Devem ser imediatamente encaminhados pelos alunos matriculados à FUNDACEM, cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, **diploma de graduação, histórico escolar da graduação** e certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

NOVO ENDEREÇO

O Curso será realizado na região do **Piemonte Norte do Itapicuru da Bahia, especificamente no município de Campo Formoso – BA.**

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br

E-mail: fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas

CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: (71) 99186-7431

22 ANOS

FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiam a FUNDACEM nesses 22 anos de capacitação:

